

Crédito rural

Endividamento de longo prazo

Gervásio Castro de Rezende *
Mauro Virgino de Sena e Silva **

A CRISE atual da agricultura deve-se à queda da rentabilidade da produção e do grande endividamento de longo prazo de operações de crédito contraídas na fase de “bonança”, de 1999 a 2004, somada à dívida renegociada a partir de 1995. Em contraste com aquele momento, para

o setor sair agora dessa situação, a mera renegociação não será suficiente, pois isso pressupõe uma melhoria na rentabilidade.

Os indícios de fim do ciclo de bonança e início da crise da conjuntura agrícola pós-1999 aparecem nos baixos níveis de preços registrados nos principais produtos agrícolas durante os anos agrícolas 2004/05 e 2005/06, após atingirem valores altos e produção elevada em 2001/02, 2002/03 e 2003/04. Como os preços dos insumos agrícolas não acompanharam a queda recente dos preços agrícolas, a redução na rentabilidade agrícola foi muito forte.

Durante os anos agrícolas 2003/04 e 2004/05, o setor agrícola contraiu uma dívida nova de R\$ 20,9 bilhões de crédito de investimento, contra R\$ 22 bilhões no crédito de custeio.

O aumento de endividamento de longo prazo decorreu de:

- a) expectativas muito otimistas sobre o futuro;
- b) uma oferta muito generosa de crédito.

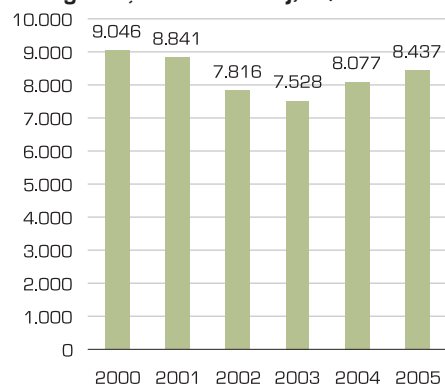
Fontes de recursos

O governo lançou mão de duas fontes de recursos: o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador, via BNDES, com destaque para o Moderfrota) e os Fundos Constitucionais de Financiamento. Paralelamente, as montadoras tiveram a capacidade de criar bancos próprios na captação recursos do BNDES e empréstimos aos agricultores. Tudo isso alavancou as operações.

O endividamento de longo prazo junto com a queda na rentabilidade dificulta o ajuste da agricultura por dois motivos:

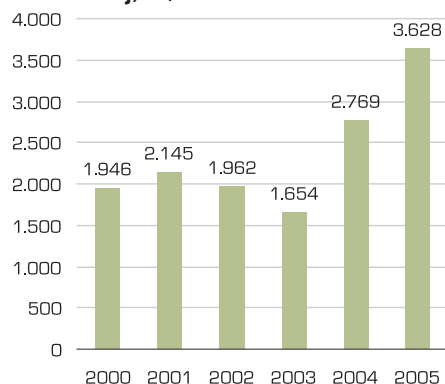
- a) a manutenção do agricultor do seu nível de atividade, para atender aos compromissos assumidos, ajuda a enfraquecer os preços baixos;

Despesas com agricultura (exclui renegociação de dívidas), R\$ milhões



Fonte: MF, TN e IPEA

Despesa com organização agrária (exclui renegociação de dívidas), R\$ milhões



Fonte: MF, TN e IPEA

Índices de preços de insumos ao produtor

Ano-Safra	Combustíveis	Fertilizantes	Defensivos	Serviços
1995/96	48	68	68	79
1996/97	45	70	66	74
1997/98	47	66	67	73
1998/99	47	65	69	73
1999/00	62	81	86	75
2000/01	68	78	86	74
2001/02	77	83	88	77
2002/03	95	95	100	87
2003/04	100	100	100	100
2004/05	103	109	100	102
2005/06 **	110	92	92	100

Fonte: FGV. Elaboração: IPEA/DIMAC

* Índice de Preços Médios relativo aos meses de plantio do respectivo ano safra, em R\$ de abril de 2006

** Até abril de 2006. Deflator: IPCA

Evolução dos Preços, das Quantidades Produzidas e dos Índices do Valor da Produção

Anos	Arroz (RS)			Milho (PR)			Soja (PR)			Soja (MT)			Açúcar (SP)		
	Preço (R\$/50Kg)	Produção (mil t)	Índice do valor da produção	Preço (R\$/50Kg)	Produção (mil t)	Índice do valor da produção	Preço (R\$/60Kg)	Produção (mil t)	Índice do valor da produção	Preço (R\$/60Kg)	Produção (mil t)	Índice do valor da produção	Preço (R\$/50Kg)	Produção (mil t)	Índice do valor da produção
1995/96	23	4.210	37	14	1.956	47	26	6.241	32	22	4.687	16	—	7.244	—
1996/97	22	4.160	36	13	1.651	37	30	6.566	40	25	5.721	22	—	7.926	—
1997/98	25	3.609	36	12	1.494	32	29	7.191	42	24	7.150	27	14	8.705	29
1998/99	29	5.605	63	14	1.522	36	26	7.723	40	21	7.134	24	19	11.788	52
1999/00	21	5.088	42	17	575	17	30	7.134	43	24	8.456	32	27	13.091	83
2000/01	20	5.191	40	14	1.913	47	28	8.623	49	23	9.641	34	36	9.675	84
2001/02	24	5.465	51	15	1.509	40	36	9.478	68	30	11.637	56	33	12.350	98
2002/03	33	4.696	61	22	2.954	113	50	10.971	109	43	12.949	87	49	14.348	167
2003/04	41	6.302	100	20	2.954	100	50	10.037	100	43	15.009	100	28	15.172	100
2004/05	27	6.205	66	17	3.039	90	36	9.541	68	29	17.705	81	32	16.516	124
2005/06**	19	6.431	48	13	2.802	63	29	9.683	57	23	16.769	60	41	16.741	163

Fonte: CONAB, UNICA e ESALQ/USP.

Nota: Para arroz, milho e soja consideraram-se os preços médios recebidos pelo produtor e para o açúcar o preço no atacado. Em R\$ de abril de 2006.

* Ano-safra 2003/04=100. Deflator:IPCA

** Até abril de 2006

b) a dificuldade do agricultor para honrar seus compromissos de crédito aumenta a rigidez do setor financeiro, instalando-se, em consequência, uma crise de liquidez.

A crise de liquidez do setor agrícola no início da década de 1990 só se resolveu com a renegociação da dívida, ocorrida a partir do ano agrícola 1995/96. Livre da restrição de liquidez, o setor agrícola retomou seu processo de crescimento e, favorecido pela desvalorização cambial ocorrida a partir de janeiro de 1999, mostrou um ritmo forte de crescimento nos anos agrícolas 2001/2002, 02/03 e 2003/04.

No período anterior à renegociação de 1995/96, a inadimplência dos agricultores concentrava-se nos empréstimos de custeio, de ciclo anual. Como esses empréstimos não retornavam ao sistema financeiro, não havia capacidade para gerar novos créditos. Assim, partiu-se para a renegociação da dívida.

Atualmente, uma renegociação da dívida, embora necessária, poderá não ser suficiente para fazer o setor voltar a crescer. Na renegociação anterior, o setor agrícola

enfrentou uma taxa de câmbio valorizada, mas recebeu os benefícios de outras mudanças da própria estabilização monetária e a desregulamentação da economia.

Ambiente desfavorável

Na crise atual não se vislumbram mudanças favoráveis para o setor agrícola no ambiente econômico. A queda dos investimentos públicos e a desativação das agências de regulação, que vinham sendo criadas no Brasil, afetam negativamente e de forma especial a agricultura, em face da consequente deterioração da infraestrutura de transporte no Brasil.

O endividamento atual do setor agrícola decorre, em grande parte, da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, pois a mecanização agrícola é condição *sine qua non* para o crescimento da agricultura. Esse processo de mecanização tem a ver com variáveis em nível regional como, por exemplo, as condições naturais extremamente favoráveis à mecanização no Centro-Oeste. Existem também as barreiras impostas pela legislação trabalhista à operação adequada do

mercado de trabalho agrícola no Brasil, especialmente no trabalho temporário.

Outro ponto é que sem um mercado desenvolvido de aluguel de máquinas, o setor é forçado a imobilizar muito capital, com elevação do custo fixo e menor capacidade de reação à queda nos preços dos produtos. A duração de uma crise de rentabilidade fica dilatada, pois como o endividamento acompanha a mecanização, as dificuldades enfrentadas tornam-se dramáticas.

Uma alternativa para os agricultores seria uma reforma trabalhista capaz de facilitar a absorção de mão-de-obra, especialmente a temporária, com efeitos favoráveis para as regiões mais pobres do Nordeste e o norte de Minas Gerais. Os benefícios chegariam não só para os trabalhadores assalariados, mas também à agricultura familiar. ■

*Pesquisador Associado do IPEA e Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

**Mestre em Economia Aplicada pela ESALQ/USP e Assistente de Pesquisa e Consultor do IPEA. Colaborou Natalia Piscitello, bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

Custos da dívida agrícola



Os custos bancados pelos cofres públicos nas renegociações das dívidas agrícolas do setor rural entre 2000 e 2005 somam R\$ 9,1 bilhões, segundo pesquisa realizada pela Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA. Fazem parte do cálculo todos os financiamentos de débitos agrícolas prorrogados a partir de 1995.

As despesas orçamentárias da União e os custos das renegociações aumentaram 14,8% em termos reais. As verbas são pesadas e revelam tendência de pulverização e má alocação dos recursos públicos.

Os subsídios diretos bancados pela União de 2000 a 2005, nos créditos de custeio e comercialização, totalizaram R\$ 26,5 bilhões, sendo:

- R\$ 15,9 bilhões com o financiamento e equalização de juros dos empréstimos oficiais;
- R\$ 10,7 bilhões em subsídios para sustentar preços via aquisição (AGF), empréstimos (EGF), subvenções de frete (PEP), contratos de opção, equalização da borracha (PEB) e warrantagem do álcool combustível.

A maior parte das despesas está atrelada à dívida mobiliária, à emissão e à venda de títulos pelo governo no mercado e aos programas de repactuação das dívidas.

O Tesouro Nacional terá de absorver neste ano prejuízos de R\$ 6,5 bilhões provocados por parcelas atrasadas originárias sobretudo dos fundos constitucionais no Norte (FNO) com R\$ 4,9 bilhões, Nordeste (FNE) com R\$ 1,3

bilhão e Centro-Oeste, com R\$ 300 milhões. O lançamento decorre da Portaria Conjunta nº 11 dos ministérios da Fazenda e de Integração Social, publicada em 23 de janeiro último.

A análise das contas públicas revela um crescimento em maior ritmo nas despesas relacionadas à organização agrária, em detrimento às da agricultura. Isso reflete o foco do governo na agricultura familiar e na reforma agrária, principalmente na obtenção de terras, apoio administrativo e crédito fundiário.

As políticas públicas para agricultura mostram um foco de curto prazo, em particular crédito e abastecimento, sem priorizar atividades mais sustentáveis a médio e longo prazos, como pesquisa, defesa agropecuária e infraestrutura rural. As despesas com pesquisas diminuíram 14,1%, quando comparadas à média dos períodos 1999/2001 e 2003/2005.

Somente em 2005 foram gastos:

- R\$ 2,82 bilhões para subsidiar os juros dos programas de investimentos do BNDES, agricultura familiar (PRONAF), saneamento de ativos (PESA), recuperação de cooperativas (RECOOP), cacau e seguro oficial (PROAGRO).
- R\$ 12,06 bilhões em programas de intervenção de mercado (juros e equalizações) e de abastecimento.

Com perdas de R\$ 30 bilhões nos dois últimos anos, para amenizar a crise no setor agrícola,

o governo anunciou três pacotes neste ano:

- Primeiro, em 06 de abril, de R\$ 14 bilhões, para prorrogação dos empréstimos;
- Segundo, em 15 de maio, para apoiar a comercialização da soja;
- Terceiro, em 25 de maio, das medidas para o plano safra 2006/07.

Com o orçamento espremido e a necessidade de manter o ajuste fiscal do ano, as alternativas desaparecem. A fórmula para liberar mais recursos para a agricultura é por meio da transferência das novas dívidas para a gestão do próximo governo.

O montante da dívida da agricultura estava próxima de R\$ 30 bilhões, em 2004, incluídas as negociações da securitização, PESA e Fundos Constitucionais, segundo estimativa da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. A cifra aumentou nos dois últimos anos. Os débitos cresceram para cerca de R\$ 7,5 bilhões somente para os fornecedores de insumos.

Os débitos rurais representam uma parte significativa da receita da próxima safra, cuja área plantada deverá ter recuo e o padrão tecnológico comprometido com a falta de recursos. Uma conjuntura dramática para um setor que contribuiu com mais de US\$ 100 bilhões de saldo comercial nos últimos três anos e serviu para manter os índices de inflação mais baixos.

Maiores informações: gasquez@ipea.gov.br